

REPORTAGEM ESPECIAL

Êxodo dos jovens coloca em xeque sucessão no campo

Ana Esteves

Especial para o JC

Quem vai produzir a comida que chegará à mesa dos gaúchos daqui a 20 anos? A solução para uma das questões que mais preocupa quem vive no campo, a da sucessão rural, está diante de um impasse: muitos jovens têm forte vínculo com a agricultura familiar, mas a permanência deles depende cada vez mais de renda, estabilidade e perspectiva profissional, ou seja, está menos na tradição familiar e mais na possibilidade de transformar a propriedade rural em uma oportunidade de futuro. “Qual é o campo que o jovem precisa para ficar, o quanto o meio necessita mudar para se tornar atrativo”, questiona a dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Camila Rode.

Dados da pesquisa Futuro do campo: diagnóstico da juventude rural no Rio Grande do Sul, desenvolvida pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), apontam que 92% dos entrevistados afirmaram gostar ou gostar muito do modo de vida da agricultura familiar, e 72% disseram não planejar deixar o meio rural. O vínculo, portanto, existe. O desafio está em convertê-lo em permanência econômica.

Entre os jovens que já saíram, pensam em sair ou planejam deixar o campo, 35% apontaram a busca por melhores oportunidades de trabalho e renda fora da agricultura. A baixa renda ou a instabilidade econômica da atividade aparece em 34% das respostas. A busca por estudo, qualificação ou formação educacional lidera, com 41%.

Os números ajudam a deslocar o debate sobre sucessão rural do âmbito exclusivamente familiar para o econômico. O herdeiro não é necessariamente o sucessor. Para assumir a propriedade, o jovem precisa enxergar nela capacidade de gerar renda, autonomia e possibilidade de crescimento, em um cenário no qual as oportunidades educacionais e

profissionais fora do campo também disputam sua permanência. Foi o que motivou, por exemplo, a família Wobeto, em Linha Brasil, interior de Crissiumal, que foi da sucessão à escala e transformou o leite em negócio lucrativo.

O envelhecimento da população rural amplia a urgência. Sem renovação geracional, a continuidade da agricultura familiar passa a depender de um número cada vez menor de produtores. E a saída dos jovens não representa apenas uma mudança demográfica: pode significar perda de mão de obra, conhecimento produtivo e capacidade de renovação dos negócios rurais. A pesquisa, que ainda está em andamento, já aplicou mais de 600 questionários, diante de uma meta de 3.987 respostas válidas em todas as regiões funcionais do Estado.

Dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que a população rural do Rio Grande do Sul reduziu 14,7%, entre 2010 e 2022, dado que se explica, em parte, pela migração dos jovens para as cidades grandes e coloca em xeque o processo de sucessão familiar no campo. Historicamente, há uma redução expressiva da população rural. Em 1970, mais de 3 milhões de gaúchos viviam no campo, o que era quase metade da população. Em 2022, eram menos de 1,5 milhão, pois muitos moradores do meio rural, especialmente jovens, migraram para as cidades em busca de estudo e emprego, fazendo municípios pequenos e rurais perderem a população.

A população rural do Rio Grande do Sul é de 1,35 milhão de moradores, ou 12,4% da população do Estado, que somava 10,8 milhões de pessoas em 2022. O número representa uma redução de mais de 233 mil habitantes em relação ao contabilizado no Censo de 2010, quando a área rural somava 1,5 milhão de moradores.

Leia mais nas próximas páginas >>



Família Wobeto, em Linha Brasil, interior de Crissiumal, foi da sucessão à escala e transformou o leite em negócio